



RELATÓRIO DIÁRIO DA CONFERÊNCIA DE BONN

REUNIÃO INTERMEDIÁRIA DA COP29 - SB60
ROAD TO BAKU | 2024



6 de junho - negociações

No quarto dia de negociações da Conferência de Bonn, é válido destacar as negociações relacionadas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e ao Programa de Transição Justa dos Emirados Árabes.

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

Os países estão negociando a transição de créditos gerados e não comercializados e das metodologias e/ou projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para o Artigo 6.4 do Acordo de Paris, o que foi acordada em Glasgow em 2021. Nesse sentido, o Brasil defende um amplo processo de transição, o que permitirá que créditos gerados e metodologias/ou projetos não sejam perdidos, dado que o país foi um dos principais geradores de crédito no âmbito no MDL. Dessa forma, a experiência brasileira com o MDL poderá ser aproveitada no âmbito do Artigo 6.4.

No entanto, os países desenvolvidos defendem que a transição entre os mecanismos deve ser acelerada, evitando a emissão de créditos após 2025.

É possível que o processo de transição entre o MDL e o Artigo 6.4 do Acordo de Paris não seja definido durante o SB60, visto que não há acordo entre as Partes em relação ao tema.

Programa de Transição Justa dos Emirados Árabes

As discussões sobre transição justa ocorrem nos chamados diálogos que visam elaborar orientações sobre como os países podem tratar do assunto. Vale destacar que o tema de transição justa se tornou um assunto central no Acordo de Paris, e se relaciona com a implementação de ações climáticas alinhadas aos interesses e desafios dos países.

Espera-se, na COP29, evoluir na elaboração dos elementos que podem ser compreendidos no escopo de transição justa, que deve ser tratada pelas contribuições nacionalmente determinadas (NDC), planos nacionais de adaptação (NAPs) e estratégias de longo prazo.

No processo de elaboração da nova NDC, o Brasil deverá tratar do conceito de transição justa.

É uma agenda abrangente, que deve reconhecer as especificidades, realidades e desafios das Partes. É importante destacar, no entanto, alguns elementos que devem ser considerados visando evitar “rotular” ações e setores, o que poderia criar potenciais problemas para o setor privado.

- A transição justa da força de trabalho, a criação de trabalho decente e empregos de qualidade e a diversificação econômica são essenciais para maximizar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos das medidas de resposta e que as estratégias relacionadas à transição justa e à diversificação econômica devem ser implementadas levando em consideração as diferentes circunstâncias e contextos nacionais.
- Reconhecer que as Partes devem cooperar na promoção de um sistema econômico internacional que vise alcançar crescimento econômico sustentável e desenvolvimento em todos os países, permitindo alcançar objetivos climáticos, **observando que as medidas tomadas para combater as mudanças climáticas, incluindo as unilaterais, não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional.**

Processo de atualização da NDC brasileira para 2031-2035

A oportunidade de encontrar negociadores de vários ministérios, abre espaço para conversar sobre temas da agenda. A CNA tem conversado com negociadores (MRE, MMA, MAPA e Embrapa) sobre o processo de atualização do Plano Clima que será a base para definir a nova NDC a ser apresentada no máximo até março de 2025.

A despeito do processo iniciado pela Casa Civil, e das reuniões setoriais que ocorrerão entre julho e setembro, persistem dúvidas sobre a atualização da NDC que precisam ser definidas. Alguns tópicos que chamam a atenção são:

- Apresentar a nova NDC na COP29 e aprovar os Planos setoriais em 2025 pressupõe propor uma meta sem ter clareza sobre quais ações/setores terão que adotar medidas de mitigação.
- Não está claro como o governo tratará da redução de desmatamento, o que pode, dependendo do cenário adotado, jogar um peso desproporcional nos setores de energia, agropecuária e indústria.
- O sentimento de que, como sede da COP30, o Brasil deve apresentar uma meta ambiciosa.
- A visão do MAPA e Embrapa, que o Plano ABC+ deverá ser a base das ações de agropecuária. Vale frisar que não está claro se as emissões de metano e de óxido nitroso serão tratadas em separado.

A CNA está participando ativamente do processo interno junto à Casa Civil, visando evitar medidas que impactem a produção agropecuária.

Saiba mais

- [CNA participa da Conferência de Mudanças do Clima de Bonn](#)